

**EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, representado pela Procuradoria-Geral do Município, propõe **Representação de Inconstitucionalidade** em face da **Lei Municipal nº 6.273, de 13 de novembro de 2017**, na forma das razões de direito que são apresentadas a seguir.

1. Texto legal – Lei 6.273/2017.

O texto legal objeto desta Representação possui a seguinte redação:

“LEI Nº 6.273, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o uso prioritário dos auditórios das escolas municipais do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Art. 1º Os auditórios das escolas municipais do Rio de Janeiro serão destinados ao uso prioritário dos professores da disciplina de Artes, bem como às apresentações artísticas e culturais da comunidade escolar.

Art. 2º Todas as escolas municipais deverão garantir a destinação de um espaço adequado para constituição das salas de artes, bem como mobiliário e equipamentos para acondicionar adequadamente os materiais das aulas de artes.

§ 1º Quando na escola existir mais de uma linguagem artística, deverá ser disponibilizada uma sala para cada linguagem.

§ 2º A constituição das salas de artes será compatível com a realidade física de cada unidade escolar.

Art. 3º As novas unidades escolares projetadas a partir da publicação desta Lei deverão ser construídas de maneira a garantir os seguintes equipamentos: quadra poliesportiva coberta, espaços para recreação, auditório com equipamento de som e luz, sala de leitura, laboratório de informática e salas de artes visuais, artes cênicas, dança e música.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

O referido diploma, de iniciativa parlamentar, veio a ser integralmente vetado pela Chefia do Poder Executivo (razões de veto anexas).

Considerando a derrubada do veto e a promulgação da lei pela Câmara de Vereadores, necessário o recurso ao Poder Judiciário para o restabelecimento da ordem constitucional, com o reconhecimento da inconstitucionalidade integral, como se demonstrará.

2. Das inconstitucionalidades.

2.1 A Lei municipal nº 6.273/2017 objetiva regulamentar o uso e a destinação de bens públicos municipais, buscando por meio de lei dispor sobre a forma de utilização prioritária dos auditórios das escolas municipais, bem como a formatação padrão das unidades e o mobiliário que deverá guarnece-las. Não obstante, tal norma está maculada de diversos vícios de inconstitucionalidade.

Sob a ótica formal, a Lei 6.273/2017 padece de inconstitucionalidade formal subjetiva, isto é, o processo legislativo para a sua elaboração não observou a reserva de iniciativa do Poder Executivo para dispor sobre o tema.

Quanto ao aspecto material, resta patente a inconstitucionalidade do conteúdo da norma, na medida em que ingressa em aspectos reservados à Administração Pública, malferindo a separação de poderes, como previsto na Constituição do Estado do Rio de Janeiro:

Art. 7º. São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Ainda de acordo com a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, o tema em questão é de iniciativa privativa do Executivo, incorrendo o legislador em usurpação de competência ao inaugurar o processo legislativo de forma contrária ao que delineou o constituinte estadual. Nesse sentido:

Art. 112 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

II - disponham sobre:

d) criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos do Poder Executivo.

Art. 145 - Compete privativamente ao Governador do Estado:

[...]

VI - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração estadual, que não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

Demais disso, a instituição de uma política pública a ser executada no âmbito da Rede Municipal de Educação é matéria de estrita competência do Chefe do Executivo, a quem incumbe dispor, com exclusividade, sobre os planos e programas municipais.

À vista disso, resta evidenciada a invasão pelo Poder Legislativo na competência do gestor municipal para a direção da Administração Pública, representando nítido desrespeito ao princípio da Separação dos Poderes, consagrado no art. 7º da Constituição do Estado do Rio de Janeiro [norma de reprodução obrigatória prevista no art. 2º da CF/88]; afrontando o princípio da iniciativa legislativa privativa estabelecida no art. 112, §1º, II, 'd', da Constituição Estadual [artigo 61, §1º, II, 'e', da CF/88], e usurpando a competência reservada ao Chefe do Poder Executivo para dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração [artigo 145, II e VI da Constituição Estadual, reproduzindo o artigo 84, VI da CF/88].

2.2 Esse E. Tribunal de Justiça tem jurisprudência consagrada nesse sentido, como se pode ver no seguinte precedente:

DIREITO CONSTITUCIONAL. REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI MUNICIPAL 5.718/2014. NORMA QUE DETERMINA O USO POR JOVENS DAS SALAS DE AULA E DE CONCERTO DA CIDADE DAS ARTES. **MATÉRIA RELATIVA A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, O QUE ENGLOBA A GESTÃO DE BEM PÚBLICO. INCOMPATIBILIDADE VERTICAL DA NORMA IMPUGNADA COM OS ARTIGOS 7º, 112, §1º, II, "D" E 145, VI, "A", TODOS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, QUE CONFEREM AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO INICIATIVA PRIVATIVA DE LEI PARA REGULAR AS MATÉRIAS EM DISCUSSÃO.** HIPÓTESE QUE CONSUBSTANCIA INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL, PORQUANTO A LEI FOI EDITADA POR ÓRGÃO DISTINTO DO PREVISTO NA REGRA CONSTITUCIONAL DA QUAL DEVERIA RETIRAR O SEU FUNDAMENTO DE VALIDADE. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE QUE SE IMPÕE, MEDIANTE EFEITOS EX NUNC.
(0039526-13.2016.8.19.0000 - DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Des(a). GABRIEL DE OLIVEIRA ZEFIRO - Julgamento: 03/07/2017 - OE - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E ORGAO ESPECIAL).

2.3 Acrescente-se que as medidas determinadas pela Lei nº 6.273/2017, notadamente os artigos 2º e 3º, acarretam indubitavelmente interferência direta na organização, planejamento e estruturação das unidades escolares municipais, tratando-se de medidas tipicamente administrativas afetas às competências privativas do Poder Executivo.

A *gestão escolar*, consoante já reconhecido por esse E. Tribunal, é matéria administrativa típica reservada ao Poder Executivo, demonstrando, por consequência, a violação pela norma impugnada à separação de poderes e à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, como se extrai do seguinte precedente:

REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 6.052 DE 21 DE MARÇO DE 2016 DO MUNICÍPIO DO RIO DE

JANEIRO, QUE ;TORNA OBRIGATÓRIA A INSCRIÇÃO DO NOME DAS ESCOLAS NOS UNIFORMES DOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO;. **GESTÃO ESCOLAR. PADRONIZAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO UNIFORME ESCOLAR QUE CABEM À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.** IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERÊNCIA DE OBRIGAÇÃO QUE É DO PODER PÚBLICO AO PARTICULAR. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE, CUJA OBSERVÂNCIA É OBRIGATÓRIA. PEDIDO QUE SE JULGA PROCEDENTE. MAIORIA.

(0066360-53.2016.8.19.0000 - DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Des(a). NILDSON ARAÚJO DA CRUZ - Julgamento: 30/07/2018 - OE - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E ORGAO ESPECIAL)

Os espaços destinados para realização de atividades educacionais, artísticas e esportivas em uma unidade de ensino devem ser organizados pela direção e o corpo docente, de modo adequado, oportuno e conveniente, incluindo a otimização dos espaços e dependências da unidade educacional, matéria típica da *gestão escolar*.

2.4 Outrossim, a lei impugnada cria preferências no âmbito escolar que não estão compatíveis com a ordem constitucional fluminense. Ao estabelecer “*uso prioritário dos professores da disciplina de Artes, bem como às apresentações artísticas e culturais da comunidade escolar*”, a norma viola a autonomia dos sujeitos escolares, pois incumbe a estes a liberdade de indicar e selecionar os recursos que melhor atenderão as suas expectativas, bem como a definição, a partir do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), das estratégias a serem adotadas conforme as necessidades, anseios e especificidades da comunidade escolar onde estão inseridas.

Nessa senda, trazendo norma de reprodução obrigatória (artigo 206, CF/88), prevê a Constituição estadual:

“Art. 307. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
(...)

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, vedada qualquer discriminação;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
(...)”

O legislador não utilizou qualquer critério pautado na *proporcionalidade* para definição prioritária do uso de bem público municipal, criando, assim, distinções desarrazoadas quanto à gestão e às manifestações docentes no âmbito escolar, estabelecendo uma prioridade sem qualquer fundamento constitucional, em desrespeito ao artigo 307 da CERJ.

2.5 À luz do exposto, torna-se imperiosa a declaração de inconstitucionalidade da norma impugnada, em razão da violação à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, em desrespeito ao princípio da separação de poderes, violando os artigos 7º, 112, §1º, II, ‘d’, e 145, II e VI, da CERJ; além de subverter os princípios que regem a rede de ensino, consoante o artigo 307, incisos II e III, da CERJ.

3. Pedido

Ante o exposto, requer seja declarada a inconstitucionalidade integral da Lei nº 6.273, de 13 de novembro de 2017, do Município do Rio de Janeiro, com efeitos *ex tunc*.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2022.

EDUARDO PAES
Prefeito

DANIEL BUCAR CERVASIO
Procurador-Geral do Município do Rio de Janeiro

RICARDO LOPES LIMONGI

Procurador do Município do Rio de Janeiro

MANOEL SIMIÃO CAVALCANTE NETO
Procurador do Município do Rio de Janeiro

TJRJ 202200679066 14/09/2022 00:04:29 DMVH Petição Inicial Eletrônica